

Porto Alegre, 15 de maio de 2024.

Ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional
Sen. Rodrigo Pacheco

Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados
Dep. Arthur César Pereira de Lira

Ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul
Paulo Roberto Severo Pimenta

Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda
Fernando Haddad

Ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação
Camilo Sobreira Santana

À Exma. Sra. Ministra da Ciência e Tecnologia
Luciana Santos

Ao Exmo. Sr. Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social -
BNDES
Aloizio Mercadante

**Assunto: Apoio ao estudantes das instituições de ensino superior comunitárias e
confessionais do Rio Grande do Sul**

Como é de conhecimento mundial, o Estado do Rio Grande do Sul está passando pelo maior desastre ambiental do Brasil. No dia 1º de maio de 2024, por meio do Decreto nº 57.596, o Governo declarou estado de calamidade pública devido aos eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, alagamentos, granizo, desmoronamentos, inundações, enxurradas e vendavais.

Os referidos eventos climáticos ocasionaram danos severos à sociedade do estado do Rio Grande do Sul considerando a perda de vidas, degradação ambiental, estragos materiais, tais como a destruição de moradias, estradas, pontes e interdições de vias públicas, o que, evidentemente, comprometeu o funcionamento de instituições públicas e privadas, em quase todo o estado. Essa catástrofe afeta 85% dos municípios do estado, atingindo, diretamente, 1,5 milhão de pessoas, conforme informações oficiais da Defesa Civil em 08 de maio de 2024.

Segundo estimativas dos especialistas, em matéria publicada no Jornal Valor Econômico do dia 10 de maio de 2024, os investimentos que serão necessários para a reconstrução das cidades atingidas deverão superar 100 bilhões de reais.

Além de milhares de pessoas, também os parques fabris, a agricultura e a pecuária foram diretamente atingidos. As empresas nas regiões mais atingidas estão com o seu funcionamento e produção totalmente comprometidos e paralisados. Já as empresas das áreas menos atingidas estão funcionando parcialmente, porém com dificuldades, o que impacta também no emprego e na renda da população e principalmente na economia do estado, com reflexos na economia do país no curto, médio e longo prazo. Quanto ao cenário agrícola, além de perdas em plantações de hortaliças, frutas, verduras e legumes, os efeitos sobre as safras de soja e arroz bem como plantio do trigo estão causando preocupação com a segurança alimentar da população do estado e brasileira, tendo em vista que 70% do arroz consumido no país é proveniente do estado do RS.

Diante desse cenário impactante, os reflexos na saúde e na economia do estado do Rio Grande do Sul devem se estender pelos próximos anos. As demandas por moradia, vestuário, alimentação e saúde são intensas, sendo que, neste momento, as necessidades básicas da população estão sendo garantidas basicamente por meio de doações que vêm de todo o país e do governo federal.

1. O papel da educação comunitária e confessional na calamidade pública

Neste momento desolador, as Instituições Confessionais e também as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) reconhecidas pela Lei 12.881 de 2013, que exercem função pública não estatal, e as Instituições de Ensino, de natureza filantrópica e sem fins lucrativos que exercem suas atividades no estado, e fazem parte do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - (ANEC) e da Associação Brasileira das Instituições Educacionais Evangélicas - (ABIEE), manifestam publicamente a sua preocupação com o futuro da sociedade gaúcha e apresentam as ações que estão realizando em apoio às vítimas da catástrofe pela qual passa o Rio Grande do Sul.

COMUNG, ANEC e ABIEE representam 33 Instituições de Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul, compondo uma rede de educação comprometida com a excelência acadêmica, a formação humana e o fomento da ciência e tecnologia que abrange todas as regiões do Estado, prestando relevantes serviços de interesse comunitário e social, com destaque para as áreas da educação e da saúde. Nestas instituições, são atendidos cerca de 166

mil estudantes, distribuídos em 61 campi, empregando aproximadamente 8.300 docentes e 10.300 profissionais técnico-administrativos.

Hoje, essas ICES mantêm:

- 896 cursos em nível de graduação;
- 693 cursos em nível de pós-graduação;
- 3.860 projetos e pesquisa;
- 3.656 laboratórios;
- 13 incubadoras tecnológicas;
- 610 empresas incubadas;
- 11 centros de inovação;
- 8 parques tecnológicos;
- 322 marcas registradas;
- 288 patentes registradas;
- 1.293.453 serviços oferecidos e realizados às comunidades envolvidas, com destaque para a incidência no combate à epidemia da Covid-19;
- 1.345 projetos e programas para a comunidade.

Esses números explicam por que, ao longo da história do Rio Grande do Sul, as instituições comunitárias e confessionais têm obtido reconhecida excelência e destaque no ensino de graduação e pós-graduação, com forte vocação social e relevância no desenvolvimento nas distintas regiões do estado. Essas Instituições Comunitárias e Confessionais originaram-se de forças vivas dos municípios, como igrejas, clubes de serviços, empresas, prefeituras, dentre outros, estando fortemente integradas às suas comunidades.

No momento em que o estado do Rio Grande do Sul passa pelo momento mais difícil da sua história, as instituições comunitárias e confessionais têm sido protagonistas no amparo às vítimas e na organização de demandas sociais em parceria com governos e outras instituições. Seja nas cheias de 2023, seja no evento climático em curso, essas universidades cumprem seu papel de instituições públicas não estatais, alocando seus recursos para auxiliar as populações do seu entorno, prefeituras e governos estadual e federal. Esse apoio tem se manifestado de diferentes formas: acolhimento de famílias desabrigadas; oferta de refeições; prestação de serviços de saúde; espaços de recolhimento e distribuição de donativos; disponibilização de espaços para atividades de coordenação de forças-tarefa de atendimento à crise climática; produção de conhecimento para prevenir e mitigar futuros eventos; desenvolvimento de tecnologias; entre muitas outras ações.

2. Impacto da calamidade pública na educação comunitária e confessional

A crise climática vivenciada no Rio Grande do Sul requer um olhar de preparação das pessoas para a reconstrução das cidades, da economia e da saúde coletiva. Acredita-se que, devido à precarização das condições financeiras das famílias afetadas, a educação possa ser colocada em segundo plano, podendo culminar em um prejuízo ao capital intelectual futuro do estado e do país. Porém, neste momento, é preciso reforçar a importância da formação em nível superior, pois muitos profissionais capacitados serão necessários para reconstruir e estruturar a sociedade, as empresas e a agricultura, que sustentam o estado e o país.

O momento é desafiador para as IES comunitárias e confessionais gaúchas, pois não somente enfrentam dificuldades financeiras remanescentes do período de pandemia, como têm sido vítimas de concorrência predatória por parte de grandes grupos empresariais educacionais, que oferecem cursos a distância de baixa qualidade por preços irrisórios. As IES comunitárias e confessionais têm evidenciado alta qualidade de ensino, pesquisa e extensão nas avaliações periódicas realizadas pelo MEC. Paradoxalmente, por mais que melhorem seus índices de qualidade, conforme atestado, por exemplo, nas mais recentes avaliações do Enade, essas sérias instituições de ensino vêm perdendo seus alunos para instituições cujo objetivo central é o lucro, sem compromisso com ensino, pesquisa, inovação e extensão com qualidade, sem vínculo com as comunidades onde atuam. Uma evidência dessa crise é o número de alunos matriculados em cursos de graduação: entre 2016 e 2022, as IES comunitárias gaúchas perderam 36% dos seus estudantes, ao passo que as IES comerciais de fora do estado tiveram um incremento de 220%. As IES comunitárias gaúchas tinham 165 mil alunos em 2016 e, em 2022, esse número tinha caído para 105 mil. Já as IES com fins lucrativos, no RS, saltaram de 152 mil alunos em 2016 para 334 mil em 2022. Esse cenário, que tem punido a qualidade e premiado o modelo lucrativo, fragilizou a saúde financeira das instituições comunitárias e confessionais gaúchas. Com menos alunos na graduação, essas IES têm precisado reduzir seus investimentos em pesquisa ou na extensão universitária, o que coloca em risco sua relevante capacidade de apoio ao desenvolvimento das regiões em que atuam, justamente num momento em que esse apoio é ainda mais necessário. Para além disso, mesmo antes da catástrofe climática que se abate sobre o RS, o modelo de ensino superior que pune a qualidade e favorece as instituições com fins lucrativos apresentava-se como uma ameaça à própria sobrevivência das IES comunitárias e confessionais gaúchas. A perspectiva de uma recessão econômica iminente, com aumento dos níveis de cancelamento das matrículas e do aumento da inadimplência, com certeza haverá o comprometimento da sustentabilidade financeira de muitas dessas instituições de ensino a curto e longo prazo e, por conseguinte, poderá colocar

em risco um dos setores mais importantes para fomentar o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul.

Assim, entende-se que é extremamente necessário garantir a continuidade da formação profissional dos jovens e adultos gaúchos, **estruturando um programa de apoio financeiro aos estudantes**, com recursos dos Governos Estadual e Federal, contando com a estrutura acadêmica de excelência das instituições de ensino comunitárias e confessionais representadas pelo COMUNG, pela ANEC e ABIEE.

3. Demanda das instituições de ensino comunitárias e confessionais do Rio Grande do Sul

Considerando-se a responsabilidade dos Governos Federal e Estadual na educação e inovação, que compreende inúmeras ações de fomento e subsídio ao desenvolvimento do país, bem como a necessidade de se impedir uma redução do número de alunos matriculados em IES com qualidade, bem como proteger esse verdadeiro patrimônio do Rio Grande do Sul, que são suas IES comunitárias e confessionais, entende-se ser oportuno apresentar a seguinte proposta:

Programa de Bolsas de Estudo e Auxílio Permanência - Recupera RS:

A proposta em pauta consiste em criar um programa de concessão de bolsas e auxílio permanência, para o qual serão geradas bolsas de estudo e auxílio financeiro mensal aos estudantes da graduação presencial, seja nos cursos de Bacharelado, no das Licenciaturas ou nos cursos Tecnológicos, que estão matriculados nas instituições confessionais e comunitárias representadas pelo COMUNG/ANEC/ABIEE. Por meio de edital e regulamento específico, este Programa contemplará alunos que não sejam beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e que recebam uma renda mensal média familiar de até cinco salários mínimos. As bolsas serão concedidas durante todo o restante do curso e, para tanto, será necessária uma contratação semestral mínima de 20 créditos. O Programa deverá contemplar não apenas atuais universitários, mas também novos alunos. Estima-se que, para não haver um decréscimo no número de alunos nas IES comunitárias e confessionais gaúchas, o Programa deveria atender cerca de 60% dos atuais alunos e 30% dos futuros ingressantes nos próximos anos.

A proposta consiste em contar com o apoio do Governo Federal para subsidiar em 100% o valor da mensalidade dos alunos contemplados pelo **Programa de Bolsas e Auxílio Permanência – Recupera RS** matriculados nas IES participantes. Como forma de evidência desse amparo, haverá uma prestação de contas disponível em cada IES

beneficiada pelo Programa, bem como uma menção ao Governo Federal em publicações que forem produzidas a partir de trabalhos de alunos contemplados pelo Programa.

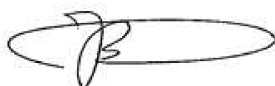
Este Programa, além de contribuir com a continuidade da formação de muitos estudantes, deve possibilitar o acesso de novos ingressantes no ensino superior e consequentemente desenvolver o capital intelectual futuro do país e também auxiliar as IES neste momento de catástrofe.

Reitera-se que as instituições comunitárias e confessionais representadas pelo COMUNG, pela ANEC e ABIEE estão comprometidas com a sociedade gaúcha. A ação aqui proposta é considerada pelas instituições comunitárias e confessionais gaúchas como tendo caráter de urgência, sendo fundamental para a construção do futuro do Rio Grande do Sul. Diante disso, as instituições participantes das três associações vêm respeitosamente solicitar a análise da proposta ora apresentada. Igualmente, nunca é demais repetir que a reconstrução do Rio Grande do Sul só será possível com o apoio dessas instituições sérias, que produzem conhecimento e desenvolvimento econômico e social em suas comunidades.

Atenciosamente,



Rafael Frederico Henn
Diretor-presidente do COMUNG



Pe. João Batista Gomes de Lima
Diretor-presidente da ANEC



Pr. Marcos Fernando Ziemer
Diretor-presidente da ABIEE